

CERTIDÃO

CERTIDÃO DE ATUALIZAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL DE TITULAR DE LICENÇA AMBIENTAL

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco - URA ASF, no uso de suas atribuições, com suporte no art. 9º, parágrafo único, inciso II, da Lei Estadual n. 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e no art. 22 do Decreto Estadual n. 48.707, de 25 de outubro de 2023, atesta a **atualização de razão social** do titular da Licença Ambiental Simplificada - LAS Cadastro a que se refere o processo n. **4189/2020** registrado no Sistema de Licenciamento Ambiental da Plataforma EcoSistemas, conforme tabela consolidada abaixo (com base no histórico de alterações realizadas no processo SEI n. 1370.01.0006484/2023-87):

1º TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO LAS CADASTRO N. 4189/2020 (certidão n. 66996047, de 31/05/2023)			
Razão Social Referenciada no Certificado do LAS Cadastro n. 4189/2020	CNPJ	Novo Titular do LAS Cadastro n. 4189/2020	CNPJ
AUTO POSTO MATO GROSSO LTDA. (transmissor)	03.014.698/0001-92	POSTO MATO GROSSO LTDA. (receptor)	48.722.382/0001-93
2º ATUALIZAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DO RECEPTOR DO LAS CADASTRO N. 4189/2020 (conforme requerimento SEI n. 100597059, 107700358 e 109934435).			
Razão Social Referenciada na Certidão n. 66996047	CNPJ	Nova Razão Social do Titular do LAS Cadastro n. 4189/2020	CNPJ
POSTO MATO GROSSO LTDA.	48.722.382/0001-93	REDE HAVANA COMBUSTÍVEIS DIVINÓPOLIS CENTRO LTDA.	48.722.382/0001-93

Declara-se, portanto, embora o certificado LAS Cadastro n. 4189/2020 registre a empresa 'Auto Posto Mato Grosso Ltda.', esclarecemos que, após a emissão desse certificado, houve a transferência de responsabilidade para a empresa Auto Posto Mato Grosso Ltda. (CNPJ n. 48.722.382/0001-93), no entanto, agora, por meio da presente certidão, procede-se à ATUALIZAÇÃO da RAZÃO SOCIAL, que passa a ser registrada como **REDE HAVANA COMBUSTÍVEIS DIVINÓPOLIS CENTRO LTDA.**

As informações que instruíram o pedido que resultou na emissão da presente certidão foram apresentadas pelo empreendimento e se encontram disponíveis para consulta no processo SEI n. 1370.01.0006484/2023-87.

Este documento assegura a isenção das taxas relativas à emissão de 2ª via de certificado da licença ambiental para atualização da descrição da Razão Social, tão logo a funcionalidade de alteração de titularidade esteja disponível no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA.

Kamila Esteves Leal

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco
Fundação Estadual do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Esteves Leal, Chefe Regional**, em 25/03/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **110126709** e o código CRC **010B2559**.

Ofício FEAM/URA ASF - CAF NAO nº. 51/2025

Divinópolis, 26 de março de 2025.

Assunto: **Atualização de razão social**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0006484/2023-87].

Prezado,

Segue em anexo a certidão de atualização de razão social de titular de licença ambiental do Las Cadastro 4189/2020 de REDE HAVANA COMBUSTÍVEIS DIVINÓPOLIS CENTRO LTDA., CNPJ 48.722.382/0001-93. E conforme Despacho nº 38/2025/FEAM/URA ASF - CCP:

"Por fim, solicita-se que a empresa seja NOTIFICADA para que providencie a emissão de uma nova Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico para a captação de água subterrânea por meio de poço manual (cisterna), para constar a nova razão social, e, conseqüentemente, realize o cancelamento da certidão n. 378770/2023 (processo n. 05211/2023)."

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Leao, Servidor(a) Público(a)**, em 26/03/2025, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **110251286** e o código CRC **3D2845E6**.

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 552/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 18 de novembro de 2022, bem como no Parecer nº 188/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade de REPREENSAO ao processado RICARDO MAURICIO FARIA FERNANDES - MaSP 377.002-1, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Centro de Remanejamento Provisório de Betim I, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso I, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, caput, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Gabriel Cândido Rodrigues Soares OAB/MG 120.029. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 548/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 19 de novembro de 2022, bem como no Parecer nº 169/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de GENISVALDO FERREIRA DE PAULO - MaSP 1.195.818-8, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 3, lotado no Presídio de Ribeirão das Neves II - Inspetor José Martinho Drumond à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Fabio Henrique Corrêa OAB/MG 137.619. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por HEBERT FREITAS VOGEL, MASP: 1.388.432-5, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 140/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 5 de dezembro de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 173/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Antônio Salvo Moreira Neta OAB/MG 84.939. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 133/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 6 de abril de 2023, bem como no Parecer nº 108/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de DANIELA DOS SANTOS RIBEIRO DE SOUZA - MaSP 1.168.070-9, Assistente Executivo de Defesa Social nomeada para cargo em comissão DAD-4, admissão 3, lotada na Penitenciária de Formiga I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por FERNANDO RODRIGUES BARBOSA - MaSP 1.079.975-7, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 390/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 25 de janeiro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 171/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e da advogada Regina Ribeiro Faria OAB/MG 143.756. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por VICTOR HUGO MARTINS MOREIRA - MaSP 1.381.251-6, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 541/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 21 de setembro de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 167/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Gabriel Cândido Rodrigues Soares OAB/MG 120.029. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentados por DIEGO FERREIRA DE SOUZA - MaSP 1.440.252-3, VINICIUS MENDES SERAFIM DE BRITO - MaSP 1.441.432-0 e WEMERSON GOMES DA SILVA - MaSP 1.375.769-5, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 422/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 15 de fevereiro de 2025, resolve negar-lhes provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 166/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificados e do advogado Cesar Augusto Godinho S. e Assis OAB/MG 167.448. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por ROSEMAURO BENEDITO - MaSP 1.193.246-4, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 327/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 20 de dezembro de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 133/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Felipe de Souza Labrego Carneiro OAB/MG 147.937. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por CAÍQUE OLIVEIRA FURTADO - MASP 1.442.572-2, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 389/2020, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 3 de dezembro de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 199/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Giácopo Teixeira Campos OAB/MG 153.211. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PDS Nº 050/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de setembro de 2022, bem como no Parecer nº 134/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de DARLAN MACIEL DA SILVA - MaSP 1.388.787-2, desligado contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, DANILO OLIVEIRA SOUZA - MaSP 1.388.769-0, desligado contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, e THALLES DA SILVA GOMES - MaSP 1.197.908-5, desligado contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, lotados no Centro Socioeducativo Sete Lagoas à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e do advogado Delcio de Oliveira Souza OAB/MG 202.682. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 187/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 17 de maio de 2023, bem como no Parecer nº 144/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de CELSO LAMOUNIER SANTOS - MaSP 1.125.019-8, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 3, lotado na Penitenciária de Uberlândia I - Professor João Pimenta da Veiga à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PDS Nº 081/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de julho de 2020, bem como no Parecer nº 180/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de HUDSON TADEU CAMPOS LEMOS - MASP 1.402.600-9, desligado contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, lotado no Centro Socioeducativo Santa Helena à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Stênio Tadeu Campos fróis OAB/MG 163.419. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 511/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 20 de novembro de 2020, bem como no Parecer nº 122/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de CLAUDIO HENRIQUE FIDELIS - MASP 1.449.549-3, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 2, WESLEY PEREIRA DOS ANGELOS - MASP 1.297.068-7, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 3, e ALEXANDRE PAULO CANELLA - MASP 1.194.090-5, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, lotados no Centro Socioeducativo Horto à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e dos advogados Patricia Eliza Canella Nunes Ferreira OAB/MG 220.531 e Gabriel Valadares Silva Lima Costa OAB/MG 168.407. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 521/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 22 de outubro de 2022, bem como no Parecer nº 186/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de MARCONI EFIGÊNIO DA CRUZ - MaSP 1.185.885-9, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 3, ADAO FERREIRA DE SOUZA - MaSP 1.330.488-6, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 2, e

AGUSTINHO ROSA DE OLIVEIRA FILHO - MaSP 1.446.044-8, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, lotados no Centro Socioeducativo de Sete Lagoas à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados dos advogados Renata Fernandes Santos OAB/MG 158.762 e Sandro Henrique Moreira Machado OAB/MG 121.428. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 26 de março de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 14º do Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, considerando o cumprimento do Termo de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 171/2024, declara EXTINTA SUA PUNIBILIDADE em relação a C.M.R., e o consequente arquivamento da Investigação Preliminar nº 2023.1057.0018.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de fevereiro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

26 2058085 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Diretor de Gestão Regional torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC1) - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e Licença de Operação (LP+LI+LO): *Vale S.A. / Intervenção ambiental com supressão de vegetação para atendimento às obras de descaracterização do dique de concreto - Atividades e empreendimentos não listados ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, exceto árvores isoladas - Brumadinho/MG - Nº do Processo: 734/2023 - Classe 2, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 21/03/2035. **Informa ainda que foi expedida Autorização para Intervenção Ambiental nº 1370.01.0014392/2023-68 para Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 0,1688 ha, Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP em 0,3243 ha e Intervenção em área de preservação permanente - APP - sem supressão de cobertura vegetal nativa em 0,3082 ha, com validade até 21/03/2035.

(a) Fernando Baliani da Silva
Diretor de Gestão Regional

26 2058224 - 1

O Diretor de Gestão Regional convoca os interessados a comparecer à Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima), no âmbito do processo de licenciamento ambiental do empreendedor/ empreendimento, CSN Mineração S.A, inscrito sob o CNPJ nº 08.902.291/0001-15, Processo Administrativo nº 1367/2024, Classe 4, Modalidade: Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC1) - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e Licença de Operação (LP+LI+LO) para as atividades de Lavra a céu aberto - Minério de ferro e Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro, localizado nos municípios de Congonhas e Belo Vale/MG, a realizar-se no dia 23 de abril de 2025, às 19h, no Ginásio Poliesportivo José Juracélio de Santana, localizado na Avenida Martinho Rossi, nº 1.001, Bairro Nova Cidade, no município de Congonhas/MG, com transmissão simultânea na internet por meio do link: www.youtube.com.br/canalcsn.

Informa, ainda, que o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) se encontra à disposição dos interessados para consulta nos seguintes endereços eletrônicos e físicos, locais e horários:

1) Endereços eletrônicos:
<http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>;
https://www.csn.com.br/wp-content/uploads/sites/452/2024/07/BPI_CSN_EAMB2_RIMA.pdf; e
<https://www.csn.com.br/quem-somos/sustentabilidade/gestao-ambiental>.

2) Locais físicos:
2.1) Município de Congonhas:
a) Prefeitura Municipal de Congonhas. Endereço: Praça Presidente Juscelino Kubitschek, nº 135, Bairro: Centro, Congonhas/MG, Horário de Funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 12h às 18h.
b) Prefeitura Municipal de Congonhas. Endereço: Avenida Júlia Kubitschek, nº 230, Bairro: Centro, Congonhas/MG, Horário de Funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h30.
c) Casa de Apoio. Endereço: Rua Emílio Mariano de Araújo, nº 218, Bairro: Residencial Gualter Monteiro, Congonhas/MG, Horário de Funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 16h.

2.2) Município de Belo Vale:
a) Prefeitura de Belo Vale. Endereço: Avenida Tocantins, nº 57, Bairro: Centro, Belo Vale/MG, Horário de Funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 7h às 16h.
2.3) Município de Jeceaba:
a) Prefeitura Municipal de Jeceaba. Endereço: Praça Dagmar Souza Lobo, nº 260, Bairro: Centro, Jeceaba/MG, Horário de Funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 9h às 16h.

(a) Fernando Baliani da Silva
Diretor de Gestão Regional.

26 2058234 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- Licença Ambiental Concomitante – LAC1 (LP+LI+LO): 1) AVBR Comércio, Importacao e Exportacao de Pedras Preciosas LTDA, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Santo Hipólito/MG, PA nº 5612/2025, Classe 3. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA Nº 2090.01.0032921/2024-09. - Licença Ambiental Simplificada - LAS RAS: 1) Engenho da Bília Mineração LTDA, Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Datas/MG, PA nº 5615/2025, Classe 2. 2) Gracilda Kely Araújo, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minierários, Itamarandiba/MG, PA nº 5622/2025, Classe 2.

(a) Carla Fernanda de Araújo
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha.

26 2058220 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS RAS: 1) Comércio e Indústria Emes Ltda - Souvenir; Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Tabuleiro/MG, PA nº 4365/2025, Classe 3.

- AIA nº 2100.01.0001085/2024-02.

(a) Dorgival da Silva
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

26 2058215 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro da Feam, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: 1) Licença de Operação Corretiva (LAC1): *Mineração Bela Vista Ltda. - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agressilvipastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Lagoa Grande e João Pinheiro/MG - PA/SLA 5457/2025, Classe 4.

(a) Bruno Neto de Ávila.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

26 2057888 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) torna públicas as DECISÕES deliberadas na 89ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF), realizada remotamente, via video conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>, no dia 26 de março de 2025, às 14h, a saber: 5. Exame da Ata da 88ª RO de 26/02/2025. APROVADA. 6. Processo Administrativo para exame de Licença Ambiental Simplificada: 6.1 Madson Square Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. - Atividades e empreendimentos residenciais multifamiliar, comerciais ou industriais previstos no art. 4º-B, da Lei Estadual 15.979 de 2006, desde que sujeitos ao licenciamento ambiental estadual nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 222, de 23 de maio de 2018 e Estação de tratamento de esgoto sanitário - Nova Lima/MG - PA/SLA/Nº 2750/2024 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 7. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação – “Ampliação”: 7.1 Ecosust Solucoes Ambientais Eireli - Central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe I perigosos; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de embalagens plásticas usadas de óleos lubrificantes com ou sem sistema de picotagem ou outro processo de cominuição, e/ou filtros de óleo lubrificante; Centrais e postos de recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, vapor de mercúrio, outros vapores metálicos, de luz mista e lâmpadas especiais que contenham mercúrio; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de pilhas e baterias; ou baterias automotivas; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos; Tratamento térmico de resíduos tais como incineração, pirólise, gasificação e plasma - Campo Belo/MG - PA/SLA/Nº 1835/2024 - Classe 6. Apresentação: URA SM. INDEFERIDA.

Alice Libânia Santana Dias
Presidente Suplente da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização

26 2058177 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro da Feam, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: 1) Licença de Operação (LAC2): *BR Gestão de Resíduos Ltda. - Formulação de adubos e fertilizantes, outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas, Compostagem de resíduos industriais - Uberlândia/MG - PA/SLA nº 5106/2025, Classe 6.

(a) Bruno Neto de Ávila.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

26 2057889 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo DEFERIMENTO cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Sergio Henrique Shimada de Assis/ Fazenda Monte Carmelo lugares São Pedro e Recria, Matrs. 6.484, 12.404, 13.164, 13.259 e 12.426 - Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agressilvipastoris, exceto horticultura, Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despolpamento, descasamento, classificação e/ou tratamento de sementes - Estrela do Sul e Monte Carmelo/MG - PA nº 3870/2025, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Bruno Neto de Ávila.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

26 2057887 - 1

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

1) Tipo da solicitação: Licenciamento Ambiental Simplificado Modalidade LAS/Cadastros; Fase: Operação iniciada em 22/08/2016; Empreendimento: Posto Mato Grosso Ltda.; Atividade(s): Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; Município: Divinópolis; PA/SLA nº: 4189/2020 e PT 00310 / 2002; Classe 2; Válida até 13/10/2030 do responsável Posto Mato Grosso Ltda., CNPJ 48.722.382/0001-93 para o novo titular Rede Havana Combustíveis Divinópolis Centro Ltda., CNPJ 48.722.382/0001-93.

Sra Kamila Esteves Leal.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

26 2058184 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foram REQUERIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas: 1) Cristiano Gonçalves Torquette - Aquicultura em tanque-rede - Araguari/MG - PA/SLA nº 5070/2025, Classe 3. 2) Cerâmica Solar Ltda/ ANM 831.831/2022 e ANM 830.484/2021 - Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Araguari/MG - PA nº 5051/2025, Classe 2

(a) Bruno Neto de Ávila
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

26 2057886 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202503270127300112.